

O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIO DA AGENDA NEOCONSERVADORA

JOHNNY CHAVES DE OLIVEIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil

JANAINA MOREIRA DE OLIVEIRA GOULART

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil

NATHALIA CHRISTINE SANTOS CORRÊA DA SILVA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: O artigo analisa os distintos movimentos adotados para a criação de duas escolas públicas aos moldes militares no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019. Uma delas criada para ser gerida pela Polícia Militar e a outra vinculada ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim). Como argumento principal, são apresentados os percursos distintos para as respectivas criações reforçando o avanço da agenda neoconservadora, a partir de uma perspectiva de hipermilitarização da vida e da sociedade (Bordin, 2020). O estudo se baseia em uma revisão bibliográfica e documental, além de analisar e levantar hipóteses acerca da teia institucional que dá bases para a criação de diferentes modelos de militarização da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Militarização; Neoconservadorismo; Bolsonarismo; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A militarização de escolas públicas no Brasil ocorre desde a década de 1990, tendo apresentado um vertiginoso crescimento no governo Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), quando o ex-capitão do Exército, eleito presidente da República em 2018, eleva a militarização de escolas para o nível de política educacional nacional, a partir do decreto 10.004/2019 (Brasil, 2019b)¹ que instituiu o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), um conjunto de ações direcionadas ao fomento e ao fortalecimento desse modelo de escola.

Logo, o objetivo geral deste estudo consiste em apresentar uma das nuances do processo de hipermilitarização da vida e da sociedade, a partir da territorialização demarcada sob diferentes aspectos no período pré e pós-eleição do governo que durou entre os anos 2019 e 2022. Como objetivo secundário, buscamos analisar e levantar hipóteses que tangenciam a ideia de uma teia institucional, a qual dá origem e margem para o desenvolvimento de diferentes modelos de militarização da educação. Para tanto, consideramos analisar como se deu o processo de criação de duas escolas públicas no estado do Rio de Janeiro, quais sejam: o III Colégio da Polícia Militar, denominado Percy Geraldo Bolsonaro, inaugurado em 2019, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense e a Escola Cívico-Militar Carioca², precursora do modelo do Pecim, inaugurada em 2020, no município do Rio de Janeiro.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que incluiu como estratégias: revisão bibliográfica dos fundamentos teóricos que sustentam as principais categorias abordadas para análise, como: hipermilitarização, militarização da educação e bolsonarismo, a partir da ascensão da nova direita e os seus diferentes *modus operandis*. Além disso, foi realizada a revisão documental para a verificação dos aspectos históricos, políticos e sociais relacionados à consolidação das instituições analisadas. Cabe destacar que o presente artigo é resultado de duas pesquisas ainda em curso, diante disso e da limitação circunscrita para esta escrita, alguns dados e análises mais aprofundados não serão aqui apresentados.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos a gramática discursiva do Bolsonarismo e refletimos acerca das perspectivas teóricas e documentais sob as quais concebemos a militarização de escolas no país e, sobretudo, de como esse movimento faz parte de algo maior que é o processo de hipermilitarização da vida e da sociedade. Na segunda, contextualizamos o processo de militarização da educação no Brasil e como o Pecim é implementado no estado do Rio de Janeiro. Na terceira parte, apresentamos os aspectos instituintes que integram o III Colégio da Polícia Militar com seu arranjo híbrido e complexo, porém inserido no contexto de militarização das escolas. Na última seção, tecemos as considerações finais sobre a política educacional em debate, ressaltando sua inserção em uma rede interconectada com outros elementos políticos e culturais, os quais demandam uma investigação mais aprofundada por meio de pesquisas futuras que apresentem as práticas e interações dos atores envolvidos nesses espaços militarizados.

A GRAMÁTICA DISCURSIVA DO BOLSONARISMO: HIPERMILITARIZAÇÃO DA VIDA E DA SOCIEDADE

A crise da democracia e a ascensão da extrema direita são tratadas por boa parte da literatura acadêmica como fenômenos mundiais de média duração, enquanto o bolsonarismo é tido como fenômeno nacional mais recente. Sobre isso, Appadurai (2019) ressalta que é necessário repensar a relação entre líderes e seguidores nos novos regimes populistas, chamando atenção inclusive para as similitudes existentes nos comportamentos dos sujeitos, tipicamente autoritários, patriarcais e xenofóbicos. Desses comportamentos, depreendem-se discursos que se tornam práticas e, para que esse legado se sedimente e perpetue, é mister que algumas instituições socialmente reconhecidas e protegidas se coloquem como ferramentas de consolidação, e a exemplo disso, temos a escola, a família, as instituições religiosas e as militares.

O processo de intensificação do uso das forças militares no cotidiano das cidades, cada vez mais imersas numa cultura do medo e movido pela doutrina da guerra às drogas e do combate ao crime organizado, foi definido por Bordin (2020), a partir do que o sociólogo considera como hipermilitarização, em que a “guerra é a regra”. Para o autor, a hipermilitarização alude ao processo histórico, social e político cuja base é um modelo de utilização de ideias e conceitos militares, que se traduz em um discurso de “lei e ordem”, mas acaba por não ser uma regra para todos. Segundo Rosa (2019), a

racionalidade hipermilitarizada é antidemocrática e antiliberal, restringindo liberdades, incluindo a de resistência, conforme discutido por John Locke em "Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos" e alinhando-se ao conceito de "tirania da maioria" de Tocqueville (Rosa, 2019, p. 149).

Assim, compreendemos que o bolsonarismo se constitui e se apresenta, conforme Rennó (2022), como um fenômeno multidimensional que agrega diferentes eleitorados que antes não aderiram de forma orgânica e consistente a um movimento único. Bolsonaro, enquanto galvanizador e legitimador de posições sobre temas políticos, atraiu o apoio de grande parte da população brasileira, articulando, pois, uma visão bélica expressa em uma retórica do ódio integrada a uma guerra cultural imbricada por questões morais. Nessa mesma linha de raciocínio, Samuels e Zucco (2018) sustentam que o partidarismo no país tem sido amplamente moldado em torno do posicionamento pró ou contra o Partido dos Trabalhadores (PT), em detrimento de qualquer outra agremiação partidária.

Para marcar em direção ao inimigo, a política do "nós e eles" (Stanley, 2018, p. 781) passou a ser adotada como principal estratégia de atuação da nova direita e do governo de Bolsonaro, que adotou uma racionalidade hipermilitarizada. Sobre isso, de acordo com Goulart (2022), a hipermilitarização avança também à medida em que se entrelaça com pautas de valores, modos de vida e costumes, exercendo um *ethos* que se entranha pelo tecido social, conformando forças e ganhando contornos distintos (p.97). A autora assinala ainda que "a ascensão da Direita radical no Brasil foi uma construção cuidadosamente engendrada dentro da democracia" (Goulart, 2022, p. 99).

A nova direita, principalmente os bolsonaristas radicais, entendidos como "*nós*" (Stanley, 2018) – incorporou aos discursos conservadores, discursos de ódio contra todas as pautas entendidas como mais progressistas ou do espectro político de esquerda, considerados, nos termos de Stanley (2018), como "eles". Nesse sentido, pode-se atestar que o cenário brasileiro dos últimos anos é social e politicamente demarcado, estando de um lado o "*nós*", com pautas neoconservadoras e neoliberais defendidas pela nova direita, tais como o *homeschooling* (ensino domiciliar), o movimento Escola sem Partido e a militarização da educação. De outro lado, o "eles", com pautas mais progressistas, empunhadas por partidos, associações e militantes do campo da esquerda, da qual faz parte a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME), cujo objetivo é investigar os processos de militarização da educação pública no Brasil, abrangendo sua historicidade, políticas de implementação e expansão, bem como os impactos da escola militarizada na formação dos estudantes.

Neste estudo, destacamos o processo de militarização de escolas públicas como item da agenda neoconservadora. Cabe ressaltar que tal processo não é recente, conforme afirmou Santos (2020), destacando a existência de duas políticas distintas em cena, sendo uma delas pautada na transferência da gestão das escolas públicas para as corporações militares. No entanto, para Queiroz (2021), a militarização pode ser definida como a adoção de um conjunto de práticas e concepções características do ambiente militar em contextos onde o militarismo não é referência. Já para Goulart (2022), atualmente no Brasil existem duas gerações de escolas militarizadas.

Com base em Santos (2020), Goulart (2022) categorizou essas gerações, considerando a primeira geração de escolas militarizadas como aquela formada por quatro grandes grupos, assim distribuídas: (i) escolas militarizadas, cujas pesquisas

indicam serem reconhecidas como parte constitutiva do organograma administrativo das secretarias de educação, ou seja, não são mencionadas como parte do organograma de corporações militares; (ii) unidades escolares cuja gestão foi transferida para corporações militares, portanto passam a ser reconhecidas como parte da estrutura orgânica das corporações militares; (iii) escolas com as mesmas características do segundo grupo, mas pertencentes a estados que construíram ou designaram edificações específicas; e (iv) escolas cujos documentos apontam vínculos burocráticos-administrativos duplos, ou seja: fazem parte tanto do organograma das secretarias de educação, como das corporações militares, mas foram instaladas em edificações nas quais nunca havia funcionado um escola pública regular, sendo criadas com o propósito de ser uma escola militarizada.

Quanto a segunda geração, Goulart (2022) circunscreve as unidades escolares criadas e/ou transformadas a partir das premissas do Pecim, posto em cena em 2019 como política educacional, concretizando, assim, uma das promessas de campanha de Jair Messias Bolsonaro (PL). Entre 2019 e 2022, a militarização de escolas foi intensificada com a edição do decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, que incluiu a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A principal atribuição dessa subsecretaria era promover, fomentar, acompanhar e avaliar a adoção do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital, baseando-se na gestão adotada por colégios militares do Exército, Polícias e Bombeiros Militares (Brasil, 2019a, p. 9).

O Pecim, que se tornou uma das prioridades da gestão Bolsonaro, foi recentemente encerrado por decisão conjunta dos ministérios da Educação e da Defesa. Contudo, é crucial destacar que, mesmo diante do anúncio de encerramento por parte do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), alguns estados optaram por manter ou até mesmo expandir o número de unidades cívico-militares. A postura contrastante indica diferentes perspectivas e estratégias adotadas pelos gestores estaduais e municipais em relação à implementação desse modelo, trazendo à tona a relevância e a urgência da discussão em torno do tema.

A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O PECIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Alves e Oliveira (2020), vinculados à RePME, realizaram um estudo minucioso mapeando as escolas militarizadas existentes no Brasil até 2019. No total, foram contabilizadas 240 escolas públicas desse tipo, no período compreendido entre 1990 e 2019. De acordo com os dados, a militarização de escolas públicas de educação básica, até 2019, estava presente em 14 das 27 unidades federativas brasileiras, reproduzindo-se com maior frequência nos estados do Norte e do Centro-Oeste; até então, a militarização ainda não ocorria em nenhum estado ou município da região Sudeste.

Para Santos e Cara (2020), o caminho mais barato encontrado por Bolsonaro para cumprir a promessa de campanha de implementar um colégio militar em todas as capitais foi a criação do Pecim para as escolas públicas estaduais e municipais. Basicamente, havia dois modelos de escolas cívico-militares (Ecim): *1) Repasse de recursos* em que o MEC não investiria financeiramente na disponibilização de militares,

mas a assistência financeira do MEC se daria na forma de oferta de recursos discricionários para a aquisição de bens ou contratação de serviços necessários à melhoria da infraestrutura física e/ou adaptação dos prédios das escolas e compra de equipamentos; e *ii) Destinação de pessoal*, em que o Ministério da Defesa se responsabilizaria com o pagamento do pessoal das Forças Armadas (militares da reserva do Exército, da Marinha e da Aeronáutica) atuantes nas escolas indicadas no Pecim.

O Pecim chegou a contar com a adesão de 202 instituições em todo o país até o ano de 2022, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro 1 – Distribuição das Ecim no território nacional até 2022

Região	Número de escolas	Tipo de configuração	Estudantes atendidos
Sul	54	33 estaduais e 21 municipais	27.215
Sudeste	46	10 estaduais e 36 municipais	22.132
Norte	39	35 estaduais e 4 municipais	32.667
Nordeste	37	37 municipais	19.082
Total	202	75 estaduais e 107 municipais	119.523

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Memorial de Gestão do PECIM. OLIVEIRA, G. P. DF: MEC, 2022.

Em seu escopo inicial, a proposta do Pecim previa a criação de 216 escolas cívico-militares, com aporte estimado de 1 milhão de reais para cada instituição. Segundo os dados oficiais do MEC³, até julho de 2023, foram implementadas 202 Ecim, atendendo aproximadamente 120 mil estudantes, totalizando R\$ 98.388.140,27 (Brasil, 2019b) em recursos empenhados via diversas linhas de financiamento do Programa de Ações Articuladas (PAR) do Fundo Nacional da Educação (FNDE). Entretanto, apenas R\$ 245.841,66 foram efetivamente pagos, 0,24% do total destinados às escolas do Programa, mais especificamente ao Ministério da Defesa, para pagamento dos 856 militares na condição de Prestação por Tarefa por Tempo Certo (PTTC) para atuarem no Pecim. Assim, recebiam um adicional que orbitava na casa do R\$ 8.000,00, valor maior que o do piso atual do magistério nacional (R\$ 4.420,55).

Em relação aos recursos da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 os define da seguinte forma: “[...] a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis [...]” (Brasil, 1996, p. 27833) e ratifica os percentuais definidos na Constituição de 1988 que devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Assim, fazem parte do MDE as despesas realizadas para a consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. Dentre elas, as que se destinam à “I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação” (Brasil, 1996, p. 27840).

Nesse âmbito, uma das maiores críticas ao Pecim é que os militares não fazem parte do rol de profissionais da educação. O parágrafo 1º do art. 67 da LDB estabelece como pré-requisito para exercer as demais funções do magistério, exceto o ensino superior, experiência docente na educação básica. Já no parágrafo 2º, define as funções consideradas de magistério, sem menção a militares da ativa ou da reserva.

Nesse cenário, é importante destacar que o encerramento do Pecim, em julho de 2023, não significou, efetivamente, o fim dessas escolas, uma vez que tais instituições passaram a ter diferentes arranjos institucionais e continuaram a ser mantidas pelas instâncias subnacionais, sob argumento do respeito ao regime de colaboração entre os entes federados.

No que tange ao estado do Rio de Janeiro, após a revogação do Pecim, tanto o governador Cláudio Castro (Partido Liberal - PL) quanto o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (Partido Social Democrático - PSD), expressaram a intenção (Após [...], 2023) em manter as unidades existentes, que até 2023 atendiam cerca de 10 mil alunos no estado do Rio de Janeiro. Tal sinalização indica um terreno simbólico propício para a reserva de capital político com possível demarcação de território por uma agenda neoconservadora na educação do estado, conforme a distribuição das instituições abaixo:

Quadro 2 – Quantitativo das Ecim fluminenses

Ano de Adesão	Município	Modelo	Nome da instituição	Código INEP	Prefeitos / Partidos
2020	Rio de Janeiro	Pessoal	Escola Municipal Cívico-Militar Carioca 3ª CRE	33189501	Marcelo Crivella (Republicanos)
2021	São Gonçalo	Pessoal	Escola Municipal Luiz Gonzaga	33089647	Capitão Nelson (Avante)
	Barra do Pirai	Recurso	E.E Municipalizada Professora Maria Nazareth Santos Silva	33175039	Mario Reis Esteves (Republicanos)
	Angra dos Reis	Pessoal	Municipal Cívico-Militar Ex-Combatente Remo Baral Filho	A escola ainda não possui código do Inep	Fernando Antônio Jordão (MDB)
	São Pedro da Aldeia	Pessoal	Escola Municipal Professora Mirian Alves de Macedo Guimarães	33163090	Fabio do Pastel (Podemos)
	Arraial do Cabo	Pessoal	CIEP 147 Cecílio Barros Pessoa	33027099	Marcelo Magno (Solidariedade)

Continua...

2022	São Pedro da Aldeia	Pessoal	Escola Municipal Professora Dulcinda Jotta Mendes	33150800	Fabio do Pastel (Podemos)
	Búzios	Pessoal	Escola Municipal Ciléa Maria Barreto	33138222	Alexandre Martins (Republicanos)
	Nova Friburgo	Pessoal	Complexo Educacional Nossa Senhora das Graças	A escola ainda não possui código do Inep	Johnny Maycon (Republicanos)
	Itaguaí	Pessoal	CIEP 300 Municipalizado Prefeito Vicente Cicarino	33044856	Dr Rubão (Podemos)
	Itatiaia	Pessoal	Colégio Municipal Ana Elisa Lisboa Gregori	33030464	Irineu Nogueira (PTB)
	São João de Meriti	Pessoal	EM Professor Jansem Pereira de Melo	33092974	Dr João (PL)

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do MEC (2024).

Selecionamos a primeira escola do estado neste modelo cívico-militar, a Ecim Carioca, inaugurada em agosto de 2020, ainda durante a pandemia de COVID-19. A unidade em análise tinha capacidade para 560 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, divididos em 16 turmas com 35 estudantes cada, funcionando em três andares e 24 salas. O prédio está localizado no bairro do Rocha, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Na inauguração, Jair Bolsonaro esteve presente e, em seu discurso, afirmou: “[...] queremos realmente resgatar o pobre, que não é através de projeto social, que em grande parte não resgata (sic), é dando o devido conhecimento. Então, essa escola é um marco” (Bolsonaro, 2020). A declaração revela um simbolismo político ligado à segurança pública ao ressaltar a realidade local da Ecim Carioca, localizada em um bairro de classe média e média-baixa, com áreas circundantes que incluem as favelas do Jacaré e Manguinhos, onde conflitos armados frequentes afetam a rotina dos estudantes, uma conjuntura usualmente capitaneada por uma agenda neoconservadora, consubstanciada pelo reduto eleitoral da família Bolsonaro no estado fluminense. A afirmação advém dos resultados das urnas das eleições presidenciais de 2022, em que, conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Jair Messias Bolsonaro (PL) alcançou 56,53% dos votos válidos, contra 43,47% de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT).

No estado, a violência urbana impacta significativamente as escolas, quase oito vezes mais propensas a serem palco de confrontos entre polícia e criminosos do que as de outros estados do Brasil, conforme os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. Na cidade do Rio de Janeiro, com a maior rede municipal de ensino fundamental da América Latina, no ano de 2023, 13,5% dos alunos de toda rede não tiveram aula em razão da violência (Prado; Lima; Von Seehausen; Costa; Castro; Corrêa, 2023).

Diante do aumento da desigualdade social e conflitos armados, Alkmim (2014) afirma que as classes médias e altas estigmatizam as classes sociais mais baixas como perigosas, alimentando a necessidade de controle. Assim, a Ecim Carioca avançou a agenda neoconservadora e demarcou território, sendo considerada uma estratégia eficaz no combate à criminalidade no Rio de Janeiro.

AS TEIAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA MILITARIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DO III COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR

Atualmente, além das Ecim, o estado do Rio de Janeiro possui três colégios públicos sob administração da Polícia Militar (PMERJ): o I CPM/ERJ, em Niterói, estabelecido em 2006 durante a gestão de Rosinha Garotinho (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, atual MDB); e o II e III CPM/ERJ, instituídos em 2018 durante a intervenção federal liderada pelo general Walter Souza Braga Netto. O II CPM/ERJ está localizado em Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, e o III CPM/ERJ em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A análise dos colégios da PMERJ revela diferenças marcantes entre o modelo adotado nos dois primeiros e o que define o III CPM/ERJ. Por essa razão, a última unidade foi escolhida como um dos focos deste artigo, contribuindo para a investigação dos distintos modelos de militarização da educação. O I e II CPM/ERJ, como outros colégios militares, destinam-se prioritariamente a dependentes e órfãos de policiais, reservando vagas restantes para filhos de civis. Atendem alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, com corpo docente formado por policiais com licenciatura e gestão exclusivamente militar.

Portanto, essas duas primeiras unidades estão subordinadas administrativa e financeiramente à PMERJ, fazendo parte do organograma da Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI), órgão da Polícia Militar responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades do sistema de ensino da Corporação.

Quanto ao III CPM/ERJ, sua inauguração em fevereiro de 2019, logo após a intervenção federal e no início do mandato de Bolsonaro, se mostrou estratégica. Ela ressaltou o compromisso do ex-presidente com a militarização da educação pública, para além do Pecim, transmitindo uma mensagem clara de hipermilitarização e fortalecendo seu capital político no estado.

Com capacidade para 300 alunos, distribuídos nos anos finais do ensino fundamental e, a partir de 2024, no ensino médio, o referido Colégio atende, majoritariamente, filhos de moradores civis da localidade, um aspecto que inicia a sua distinção dos demais CPMs e decorre de ações do Ministério Público contra a sua criação, as quais serão descritas adiante. Localizado no bairro Jardim Gramacho, uma área de vulnerabilidade social em Duque de Caxias, o prédio e a infraestrutura do III CPM/ERJ foram cedidos pelo município. A gestão pedagógica e disciplinar é responsabilidade da Polícia Militar, enquanto a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência e Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC)⁴ cuida da contratação de pessoal de apoio e docentes.

Essa configuração híbrida reflete a aliança política entre o prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis (MDB), e Jair Bolsonaro, culminando na nomeação do colégio em homenagem ao pai do então presidente, Percy Geraldo Bolsonaro. A unidade está situada em um terreno amplo às margens da rodovia Washington Luiz (BR-040), local em que os transeuntes podem observar a edificação com a inscrição "III Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro Percy Geraldo Bolsonaro" no muro, acompanhada pelos logotipos do governo estadual e municipal, o que ressalta o hibridismo mencionado.

Dessa maneira, o III CPM/ERJ não corresponde ao modelo tradicional das escolas militares de educação básica ou dos colégios da Polícia Militar, representando uma outra via para a militarização da educação pública. Ao considerar as categorizações das escolas militarizadas de primeira e segunda gerações (Goulart, 2022), concluímos que a unidade se integra à primeira geração, pois é anterior à política do Pecim. No entanto, sua configuração multifacetada incorpora características de diversos modelos de militarização, evidenciando a teia institucional desse processo.

A transferência da gestão de um prédio municipal para um órgão estadual, a Polícia Militar, integrando-se à estrutura da Corporação, exemplifica uma das especificidades do colégio. Além disso, o convênio entre prefeitura, fundação municipal e estado resultou em um vínculo financeiro, burocrático e administrativo triplo. A combinação desses elementos revela uma manifestação de militarização da educação, caracterizada pela predominância de civis em toda a sua estrutura, tanto no corpo docente quanto discente, com exceção da gestão, além da realocação de recursos provenientes de outras esferas. Diante das contradições e ambiguidades presentes na instituição, é necessário analisar cuidadosamente a estrutura administrativa e pedagógica do III CPM, o que é um dos objetivos da pesquisa em curso.

As incongruências expostas até aqui foram alvo de contestação em uma ação civil pública conjunta movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e pelo Ministério Público Federal (MPF) (Rio de Janeiro, 2018a)⁵. Em vista da irregularidade na alocação de recursos da educação municipal, que já apresentava deficiências, para uma instituição estadual, além de outras considerações, como o argumento de que a criação do colégio pelo interventor federal ultrapassou o escopo da intervenção, o qual deveria ser restrito à segurança pública, o MPRJ e o MPF solicitaram a suspensão da eficácia do decreto nº 22/2018 e de quaisquer atos relacionados a ele, assim como a determinação para que o município instalasse creche, pré-escola ou escola municipal de ensino fundamental no imóvel de sua propriedade originariamente destinado ao III CPM/ERJ, para atendimento de crianças e adolescentes em seu entorno.

Em sentença proferida em 06 de dezembro de 2020 sobre a ação, os principais pontos da decisão judicial foram (Duque de Caxias, 2020): a) O pedido de nulidade do decreto nº 22 de 10 de setembro de 2018 foi considerado "IMPROCEDENTE", ou seja, o decreto não é nulo ou inválido; b) O pedido de nulidade do "termo 15-008/2018", um convênio entre o estado do RJ, o município de Duque de Caxias e a FUNDEC, foi considerado "PARCIALMENTE PROCEDENTE". Assim, parte do convênio é inválida, mas enquanto o município e/ou FUNDEC cederem imóveis e/ou profissionais para o Colégio da Polícia Militar em Duque de Caxias, não pode haver reserva de vagas exclusivas para dependentes de policiais militares ou bombeiros militares; c) O pedido para que o município de Duque de Caxias instale creche, pré-escola ou escola dos anos iniciais do

ensino fundamental no imóvel de sua propriedade foi considerado "IMPROCEDENTE"; d) O pedido de condenação do município de Duque de Caxias a se abster de financiar ou suportar os ônus destinados ao funcionamento do III CPM/ERJ ou qualquer outra unidade escolar vinculada à PMERJ, ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) ou à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEDUC/RJ) foi considerado 'procedente em parte". Portanto, se houver financiamento ou ônus relacionados a essas instituições, não pode haver reserva de vagas exclusivas para dependentes de policiais militares ou bombeiros militares.

Torna-se notório que a expansão do modelo de "militarização" no estado do Rio de Janeiro, com a criação do III CPM, é um reflexo direto da intervenção federal de 2018 e apresenta elementos que ultrapassam o escopo do modelo inicial de Colégio da Polícia Militar, tornando-o uma complexa forma de militarização da educação pública. O cenário se assemelha a uma teia institucional, com diversos nós, entremeada por elementos que favorecem a consolidação de uma estrutura educacional militarizada, resultando em um legado difícil de ser desfeito, mesmo diante de questionamentos legais e jurídicos substanciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ressaltou a complexidade do processo de militarização das escolas públicas no cenário do estado do Rio de Janeiro durante o governo Bolsonaro, colocando em relevo os pressupostos de implantação de duas unidades escolares em municípios distintos. A criação dessas escolas revelou uma dinâmica territorial que busca controlar e disciplinar as classes estigmatizadas. O estudo apontou as facetas do processo de hipermilitarização da sociedade, a partir da territorialização demarcada sob diferentes movimentos da teia institucional que se constituiu em torno da criação de ambas as unidades, no período compreendido entre 2019 e 2022. A militarização, sob diversas facetas, reflete uma agenda neoconservadora disfarçada de proposta educacional, visando, aparentemente, salvar moralmente ou (re)civilizar as classes populares, enquanto fortalece ou amplia a base eleitoral da extrema direita.

Além disso, as alianças políticas estabelecidas para viabilizar a criação e manutenção dessas instituições, revelam uma convergência de interesses entre atores políticos, influenciando diretamente na configuração e operação dessas instituições militarizadas. Nesse mesmo sentido, a continuidade das escolas cívico-militares, mesmo após o encerramento do Pecim, indica que a decisão do atual governo gera pouco impacto, acabando por terceirizar o modelo aos estados e municípios, devido à falta de consenso e coordenação entre os entes federados com relação às decisões sobre as políticas educacionais. Por fim, é importante destacar a necessidade de um debate mais amplo e aprofundado sobre os impactos da militarização na educação, especialmente no contexto em que a vulnerabilidade social é uma justificativa para tal movimento.

Artigo recebido em: 01/04/2024

Aprovado para publicação em: 22/07/2024

OLIVEIRA, J. C. de; GOULART, J. M. de O.; DA SILVA, N. C. S. C.

THE MILITARIZATION PROCESS OF TWO PUBLIC SCHOOLS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO: THE TERRITORIAL DEMARCATION OF THE NEOCONSERVATIVE AGENDA

ABSTRACT: The article analyses the different moves made to create two military-style public schools in the state of Rio de Janeiro in 2019. One of them was created to be run by the Military Police and the other was linked to the National Civic-Military Schools Programme (Pecim). The main argument is the different paths taken to create them, reinforcing the advance of the neoconservative agenda from a perspective of the hypermilitarisation of life and society (Bordin, 2020). The study is based on a bibliographic and documentary review, as well as analysing and raising hypotheses about the institutional web that provides the basis for the creation of different models for the militarisation of education.

KEYWORDS: Militarization; Neoconservatism; Bolsonaroism; Rio de Janeiro.

EL PROCESO DE MILITARIZACIÓN DE DOS ESCUELAS PÚBLICAS EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO: LA DEMARCACIÓN TERRITORIAL DE LA AGENDA NEOCONSERVADORA

RESUMEN: El artículo analiza los diferentes movimientos adoptados para la creación de dos escuelas públicas de estilo militar en el estado de Río de Janeiro en 2019. Una de ellas fue creada para ser administrada por la Policía Militar y la otra se vinculó al Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (Pecim). El argumento principal son los diferentes caminos tomados para crearlas, reforzando el avance de la agenda neoconservadora desde una perspectiva de hiper militarización de la vida y de la sociedad (Bordin, 2020). El estudio se basa en una revisión bibliográfica y documental, además de analizar y plantear hipótesis sobre el entramado institucional que sirve de base para la creación de los diferentes modelos de militarización de la educación.

PALABRAS CLAVE: Militarización; Neoconservadurismo; Bolsonaroismo; Rio de Janeiro.

NOTAS

- 1 - Decreto nº 10.004/2019 de 05/09/2019, o qual instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, foi revogado pelo Decreto nº 11.611 em 19 de julho de 2023.
- 2 - A escola foi inaugurada com o nome de Escola Cívico-Militar General Abreu. Após a eleição do prefeito Eduardo Paes (PSD), em 2020, passou a se chamar Escola Cívico-Militar Carioca.
- 3 - Nota Técnica Nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB do Ministério da Educação, divulgada no dia 12 de julho de 2023, referente ao Processo Nº 23000.008982/2023-8.
- 4 - Instituída por meio da Lei Nº 1.873 de 25/04/2005, a FUNDEC poderá estabelecer convênios e contratos com órgãos e entidades governamentais, nacionais e internacionais, bem como produzir e comercializar bens e equipamentos relacionados às áreas de esportes, lazer, escola técnica, ciência e tecnologia. (Duque de Caxias, 2005).
- 5 - Ação Civil Pública nº 5006378-31.2018.4.02.5118/RJ. Pedido de suspensão da eficácia do Decreto n. 22, de 10 de setembro de 2018. MPRJ e MPF versus União, Estado do Rio de Janeiro, Município de Duque de Caxias e Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Políticas educativas e avaliação educacional**: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Braga: IEP: CEEP: Universidade do Minho, 1998.

ALKMIM, A. C. **De Brizola a Cabral. De Collor a Dilma**: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. O fenômeno da militarização das escolas públicas no Brasil. **Revista Educação Básica em Foco**, Brasília, DF v. 1, n. 2, p. 1-3, jul./set. 2020.

ALVES, R. P.; VICENTE, D. S. A expansão dos colégios militares no Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva constitucional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 1441-1462, set./dez. 2021.

APÓS governo federal encerrar escolas cívico-militares, Castro e Paes dizem que vão manter unidades do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2023.

APPADURAI, A. Fadiga da democracia. In: GEISELBERGER, H. (org.). **A grande regressão**: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 19-35.

APPLE, M. W. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, M.W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

BOLSONARO inaugura Escola Cívico-Militar no Rio: "Queremos resgatar o pobre". **Partido Brasil**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220703052856/https://www.partidobrasil.com.br/2020/08/bolsonaro-escola-civico-militar-rio-janeiro.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BOLSONARO, J. M. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Inauguração da Escola Cívico Militar- Rio de Janeiro/RJ. **Biblioteca Presidência da República**, Brasília, DF, 14 ago. 2020.

BORDIN, M. **A Guerra é a regra**: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, J. C. de; GOULART, J. M. de O.; DA SILVA, N. C. S. C.

BRASIL. Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 32-A, p. 1, 16 fev. 2018. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 1-B, p. 6-21, 2 jan. 2019a.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 173, p. 1-3, 6 set. 2019b.

BRASIL. Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Nota Técnica nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB**. Assunto: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ofício Circular nº 4/2023/COGEF/DPDI/SEB/SEB-MEC**. Assunto: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023c.

CLARKE, J; NEWMAN, J. **The managerial state**: power, politics and ideology in the remaking of social welfare. London: Sage, 1997.

DUQUE DE CAXIAS. Justiça Federal (Seção Judiciária do Rio de Janeiro 1ª Vara Federal de Duque de Caxias). **Sentença da Ação Civil Pública nº 5006378-1.2018.4.02.5118/RJ**. Proibição da realização de novos certames seletivos ao III CPM/ERJ com reserva de vagas a Polícias Militares/Bombeiros Militares e seus dependentes enquanto perdurar a situação de uso de imóvel e/ou profissionais cedidos pelo Município de Duque de Caxias e/ou FUNDEC. MPRJ e MPF versus União, Estado do Rio de Janeiro, Município de Duque de Caxias e FUNDEC. Relatora: Vera Lucia Lima da Silva. Data do julgamento: 06/12/2020. Duque de Caxias. 20 pág. 2020.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei nº 1.873 de 25/04/2005**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer de Duque de

Caxias (FUNDEC), e dá outras providências. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOULART, J. M. O. **A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público**. 2022. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, G. P. **Memorial de Gestão do PECIM**: resultados e replanejamento estratégico. Brasília, DF: MEC, 2022.

PRADO, Amanda; LIMA, Douglas; VON SEEHAUSEN, Lucas; COSTA, Moisés; CASTRO, Nathalia Castro; CORRÊA, William. Mais de 85 mil alunos perderam aulas devido a tiroteios no Rio nos primeiros 45 dias letivos do ano. **G1**, Rio de Janeiro, 24 abr. 2023.

QUEIROZ, C. Desempenho em análise. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ano 22, n. 301, p. 76-81, mar. 2021.

RENNÓ, L. Bolsonaroismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo de Duque de Caxias) e Ministério Público Federal (5º Ofício da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti). **Ação Civil Pública nº 5006378-31.2018.4.02.5118/RJ. Pedido de suspensão da eficácia do Decreto n. 22, de 10 de setembro de 2018**. MPRJ e MPF versus União, Estado do Rio de Janeiro, Município de Duque de Caxias e FUNDEC. Duque de Caxias. p. 1-32. 2018a.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Segurança. Decreto nº 22, de 10 de setembro de 2018. Cria, sem aumento de efetivo e de despesa, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o III Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – III CPM/ERJ, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: parte 1: seção 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, ano 44, n. 167, p. 4, 11 set. 2018b.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Segurança. **Decreto 38731, de 10 de janeiro de 2006**. Cria, sem aumento de efetivo e de despesas na estrutura da PMERJ o Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro CPM/ERJ. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Segurança. Resolução SESEG nº 1211, de 23 de julho de 2018. Cria sem aumento de efetivo e de despesa, na estrutura

OLIVEIRA, J. C. de; GOULART, J. M. de O.; DA SILVA, N. C. S. C.

organizacional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o segundo Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - II COM/ERJ e dá outras Providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: parte 1: seção 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, ano 44, n. 134, p. 24, 25 jul. 2018c.

ROSA, P. O. **Fascismo tropical**: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras. Vitória: Milfontes, 2019.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, C. A.; CARA, D. T. Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio. In: MENDONÇA, S. G. L.; MIGUEL, J. C.; MILLER, S.; KÖHLE, E. C. (org.). **(De)formação na escola**: desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia2020.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. 1-18, 2022.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

JOHNNY CHAVES DE OLIVEIRA: Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8169-2018>

E-mail: johnny22quest@yahoo.com.br

JANAINA MOREIRA DE OLIVEIRA GOULART: Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9218-9933>

E-mail: janaigmetro5@gmail.com

NATHALIA CHRISTINE SANTOS CORRÊA DA SILVA: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2168-0415>

E-mail: nathaliasilva.ped@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).